

Plano de LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO DE DESEMPENHO 2024



 **TRT-8ª REGIÃO**
Pará e Amapá

ADMINISTRAÇÃO
BIÊNIO 2025-2026

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA

Desembargadora Presidente

MARIA VALQUÍRIA NORAT COELHO

Desembargadora Vice-Presidente

LUIS JOSÉ DE JESUS RIBEIRO

Desembargador Corregedor Regional

Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

SELMA LÚCIA LOPES LEÃO
DESEMBARGADORA DO TRABALHO
Coordenadora do Comitê

ROBERTA DE OLIVEIRA SANTOS
JUÍZA DO TRABALHO
Vice-coordenadora do Comitê

ALEX BARROS DOS SANTOS
Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

ALVARO JOSE DA SILVA ROLO
Diretor da Secretaria de Saúde

CAROLYNE SOARES DE CASTRO
Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas

CLAUDINEI LIMA DA SILVA
Coordenador de Material e Logística

CLEDISSON TAVARES SANTOS
Coordenador de Segurança Institucional

DIEGO ANTONIO NASCIMENTO MONTERO VALDEZ
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação

EDNEY JOSÉ MARTINS PEREIRA
Diretor da Secretaria de Comunicação Social

EVELINE ROSE ARAUJO BATISTA MONTEIRO
Chefe da Seção de Sustentabilidade

HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA

Coordenador de Manutenção e Projetos

LIA MARTINS COSTA E SILVA CRUZ

Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

LUISA DE SOUZA LEÃO ALMEIDA

Chefe da Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade

MÁRCIO CLEDSON FERNANDES

Coordenador de Licitações e Contratos

MIRLA GUARANI DE SOUZA

Coordenadora de Orçamento e Finanças

PAULO ANDRÉ PESSOA DA SILVA

Assessor Jurídico da Presidência

SAULO VALE TEIXEIRA DA COSTA

Chefe da Divisão de Manutenção e Instalações Prediais

THIAGO RODRIGUES REIS

Coordenador de Integridade e Conformidade

APRESENTAÇÃO.....	7
OBJETIVO.....	8
NORMATIVO PERTINENTE.....	9
MATRIZ DE RESPONSABILIDADE.....	10
INDICADORES E RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2024.....	12
2. PAPEL.....	12
3. COPOS DESCARTÁVEIS.....	14
4. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	15
5. IMPRESSÃO.....	15
6. ENERGIA ELÉTRICA.....	17
7. ÁGUA E ESGOTO.....	19
8. GESTÃO DE RESÍDUOS.....	20
9. REFORMAS E CONSTRUÇÕES.....	22
10. LIMPEZA.....	23
11. VIGILÂNCIA.....	24
12. TELEFONIA.....	25
13. VEÍCULOS.....	26
14. COMBUSTÍVEL.....	28
15. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO.....	28
16. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES.....	30
17. QUALIDADE DE VIDA.....	31
18. CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE.....	31
19. EQUIDADE E DIVERSIDADE.....	32
20. PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO.....	37
ANÁLISE DE DESEMPENHO.....	38

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região é uma ferramenta concretizadora de um novo modelo de cultura institucional no âmbito do poder judiciário (Resolução nº 400/2021). Trata-se de um instrumento com indicadores, metas e responsabilidades definidas, que permitem o acompanhamento e a análise crítica dos resultados, assim como a implementação de melhorias contínuas dos processos de trabalho com adoção de práticas sustentáveis, consumo consciente e qualidade de vida no ambiente laboral, sendo um dos mecanismos para a promoção da política de Sustentabilidade a ser adotada em todas as áreas de atuação deste Regional.

A implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) na Justiça do Trabalho atende a Resolução CNJ nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça. O objetivo é sistematizar as práticas de sustentabilidade no âmbito do tribunal, aplicar de forma eficiente os recursos e promover o uso consciente de materiais, adotando como modelos de gestão, o desenvolvimento ambiental, econômico e social em suas unidades.

A fim de atender tal disposição e colaborar com a melhoria constante do desempenho dos indicadores de sustentabilidade, o presente relatório foi elaborado pela Seção de Sustentabilidade, com apoio das áreas técnicas envolvidas nas metas do PLS. Na sequência, serão apresentados alguns dos indicadores da mencionada Resolução e o desempenho obtido pelo TRT8 em 2024. O Relatório é validado e aprovado pelo Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade, que é o Comitê Gestor do PLS.

OBJETIVO

O Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável da 8ª Região do ano de 2024, tem por objetivo apresentar a consolidação dos resultados alcançados e a identidade das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente, conforme definido na Resolução CNJ nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a implantação do Plano de Logística Sustentável nos órgãos do Poder Judiciário – PLS-PJ. Este ano, a Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a resolução anteriormente citada, adicionando novos indicadores relacionados ao tema Equidade e Diversidade. Novos indicadores também advém do Programa Justiça Carbono Zero, advindas da Resolução CNJ nº 594/2024, que institui ações para medir, reduzir e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) resultantes do funcionamento dos órgãos que compõem o Poder Judiciário.

O Relatório apresenta o desempenho dos indicadores e metas constantes do TRT8 Sustentável no ano de 2024, contemplando:

- I - A consolidação dos resultados alcançados;
- II - A evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário, de acordo com o previsto, no Anexo, da Resolução CNJ nº 400/2021;
- III - Ações desenvolvidas.

NORMATIVO PERTINENTE

O presente relatório tem como referência os seguintes normativos:

- **Resolução CNJ 400/2021** – Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
- **Resolução CNJ 594/2024** - Institui o Programa Justiça Carbono Zero
- **Portaria Presi nº 699/2021** – Aprova o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, ciclo 2021-2026.
- **Portaria Presi Nº 789/2019** – Que designa os responsáveis pela apuração dos dados relativos aos indicadores para avaliação do desempenho ambiental e econômico do Plano de Logística Sustentável.
- **Portaria Presi Nº 63/2023** - Que institui o Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

A Matriz de Responsabilidade é baseada no Anexo da Resolução CNJ 400/2021.

	INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	VARIÁVEIS GERAIS	SEGEP - Secretaria de Gestão de Pessoas
2	PAPEL	COMAT – Coordenadoria de Material e Logística DIAIS - Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade
3	COPOS DESCARTÁVEIS	COMAT – Coordenadoria de Material e Logística SECOM - Secretaria de Comunicação Social
4	ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	COMAT – Coordenadoria de Material e Logística COMAP – Coordenadoria de Manutenção e Projetos DIMIP – Divisão de Manutenção e Instalações Prediais
5	IMPRESSÃO	COMAT – Coordenadoria de Material e Logística SETIN – Secretaria de Tecnologia de Informação
6	ENERGIA ELÉTRICA	COMAP – Coordenadoria de Manutenção e Projetos DIMIP – Divisão de Manutenção e Instalações Prediais
7	ÁGUA E ESGOTO	COMAP – Coordenadoria de Manutenção e Projetos DIMIP – Divisão de Manutenção e Instalações Prediais
8	GESTÃO DE RESÍDUOS	COMAP – Coordenadoria de Manutenção e Projetos DIAIS - Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade
9	REFORMAS E CONSTRUÇÕES	COMAP – Coordenadoria de Manutenção e Projetos
10	LIMPEZA	SEADM - Secretaria Administrativa DIGEF – Divisão de Gestão e Fiscalização de Contratos

	INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL
11	VIGILÂNCIA	SEADM - Secretaria Administrativa DIGEF – Divisão de Gestão e Fiscalização de Contratos CODSE – Coordenadoria de Segurança Institucional
12	TELEFONIA	COMAP – Coordenadoria de Manutenção e Projetos DIMIP – Divisão de Manutenção e Instalações Prediais
13	VEÍCULOS	CODSE – Coordenadoria de Segurança Institucional
14	COMBUSTÍVEL	CODSE – Coordenadoria de Segurança Institucional
15	APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO	COFIN - Coordenadoria Financeira SEADM - Secretaria Administrativa SECOM - Secretaria de Comunicação Social
16	AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	SEADM - Secretaria Administrativa COLIC - Coordenadoria de Licitações e Contratos COMAT - Coordenadoria de Material de Logística
17	QUALIDADE DE VIDA	CODSA – Coordenadoria de Saúde SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas CODEP – Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas EJUD – Escola Judicial
18	CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	DIAIS - Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade ASCER - Assessoria de Cerimonial e Eventos SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas CODEP – Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas EJUD – Escola Judicial
19	EQUIDADE E DIVERSIDADE	DIAIS - Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade COCIN - Coordenadoria de Controle Interno e Integridade Colegiados Temáticos
20	PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO	DIAIS - Divisão de Acessibilidade, Inclusão e Sustentabilidade CODSE – Coordenadoria de Segurança Institucional COMAP – Coordenadoria de Manutenção e Projetos

INDICADORES E RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2024

2. PAPEL

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
2.1- CPP - Consumo de papel próprio	Resmas	1.888	2.017	1.230	893
2.2- GPP - Gasto com papel próprio	Reais	R\$ 28.432,47	R\$ 15.191,11	R\$ 23.406,90	R\$ 16.389,56

META	STATUS
Reduzir 10% em relação a 2023 o consumo de papel próprio em 2024.	 Atingida Redução de 27% em 2024 em relação a 2023.

RESPONSÁVEIS - COMAT e DIAIS

AÇÕES:

1. Monitorar e manter o consumo de papel próprio - **Concluída**
2. Realizar estudo junto à central de mandados e à corregedoria para diminuição do consumo de papel - **Concluída**
3. Determinação para recebimento de material permanente pelo Sistema SCMP - **Concluída**

CONFIRA!



Portaria PRESI 838/2024
define cotas para o uso de
resmas de papel A4 e
copos biodegradáveis.

 **JUSTIÇA DO TRABALHO**
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP)

Foto 1. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) por meio da Portaria PRESI 838/2024, estabelece cotas anuais para o uso de resmas de papel A4 e copos descartáveis biodegradáveis em todas as suas unidades. Essa medida faz parte das ações de sustentabilidade e eficiência promovidas pelo Tribunal, já divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e disponível no Portal do TRT-8.

3. COPOS DESCARTÁVEIS

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
3.1- CC - Consumo de copos descartáveis	Centos	968	1627	244	2
3.2- GC - Gasto com copos descartáveis	Reais	R\$ 2788,04	R\$ 4795,72	R\$ 750,20	R\$ 6,20

META	STATUS
Reduzir em 16,66% em 2024 em relação a 2023.	 Atingida Redução de 99% em 2024 em relação a 2023.

RESPONSÁVEIS: COMAT e SECOM.

AÇÕES:

1. Reduzir 5% do consumo de copos descartáveis no âmbito do Tribunal. - **Concluída**
2. Compra de copos duráveis para eventos do TRT8. - **Concluída**

4. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
4.1- CED - Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Unidade	0	0	0	0
4.2- CER - Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Unidade	5.652	9.239	11.340	11.408
4.4- GAER - Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Reais	R\$ 43.452,37	R\$ 86.664,60	R\$ 112.067,98	R\$ 110.928,63

META	STATUS
Reduzir em 5% o consumo de água envasada em 2024 em relação ao ano de 2023.	Não atingida Justificativa: Verificou-se que não é plausível reduzir o consumo de água, devido ao aumento da temperatura e a necessidade humana por água, bem como o aumento do contingente da força de trabalho atuando presencialmente nos prédios do Tribunal. Ademais, ainda não há alternativas regionais ao consumo de água envasada em garraões, apesar de um movimento global para mudança nesse padrão de consumo. A água que vem da Companhia de Saneamento tampouco se mostra viável, podendo comprometer a saúde de magistrados, servidores e colaboradores.

RESPONSÁVEIS: COMAT, COMAP e DIMIP

5. IMPRESSÃO

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
5.1- QI - Quantidade de impressão	Quantidade de impressões	1.253.148	1.614.445	1.117.011	691.735,00
5.2- QEI - Quantidade de equipamentos de impressão	Equipamentos	247	241	218	189

META	STATUS
Reduzir em 2,5% o consumo de papel em 2024.	 Atingida Redução de 38% em 2024 em relação a 2023.

RESPONSÁVEIS: COMAT e SETIN

AÇÕES:

1. Revisão do fornecimento de impressoras para os setores. - **Concluída**
2. Revisar anualmente a configuração das impressoras para definir o modo duplex - **Concluída**

6. ENERGIA ELÉTRICA

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	2021	2022	2023	2024
6.1- CEE - Consumo de energia elétrica	kWh	Mensal	3.238.825,42	3.699.454,52	4.044.286,95	3.945.460,14
6.3- GEE - Gasto com energia elétrica	Reais	Anual	R\$ 3.034.830,78	R\$ 3.340.528,92	R\$ 3.923.310,93	R\$ 4.317.350,23
6.7- kWh injetados na rede de energia por sistemas de fontes alternativas (solar, eólica, térmica), em kWh	kWh	Mensal	-	-	-	46.295,10

META	STATUS
Reduzir em 3,33% o consumo de energia elétrica em 2024.	Não atingida. Justificativa: Os Estados do Pará e Amapá estão localizados na Região Amazônica, Clima Equatorial, marcada pelas elevadas temperaturas e pelos altos índices de chuva. A média de temperatura fica entre 27 e 30° C. Desta maneira, para viabilizar o conforto térmico dos magistrados, servidores, jurisdicionados, torna-se necessário o uso de ar condicionado, fato este que impacta no indicador de energia.

RESPONSÁVEIS: COMAP E DIMIP

AÇÕES:

1. Automação dos sistemas de refrigeração do Fórum Trabalhista de Belém - **Concluída**

2. Ampliação da utilização de energia fotovoltaica - **Implementada**

3. Acompanhamento para evitar consumo desnecessário de energia elétrica. - **Concluída**

Justificativa Ação Em Andamento

Contratada a instalação de sistema fotovoltaico nos Fórum Trabalhista de Belém (Anexo V) e de Ananindeua - Contrato 67/2023. Previsão de conclusão: 02/2025.

7. ÁGUA E ESGOTO

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
7.1- CA - Consumo de água	m ³	13.737	16.109	19.324	18.742
7.3- GA - Gasto com água	Reais	R\$ 248.566,19	R\$ 296.328,25	R\$ 408.989,72	R\$ 497.904,62

META	STATUS
Reduzir, no mínimo, 6% do consumo de água em 2024.	Não atingida Justificativa: A retomada do trabalho presencial aumentou a demanda pelo uso de água nos prédios do tribunal, o que gerou um consumo excedente à meta do indicador.

RESPONSÁVEIS: COMAP e DIMIP

AÇÕES:

1. Realizar manutenção preventiva para redução de vazamentos - **Concluída**

8. GESTÃO DE RESÍDUOS

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
8.1- DPa - Destinação de resíduos de papel	Kg/ mensal	1.475,55	935	3.112	2.201,60
8.2- DPI - Destinação de resíduos de plásticos	Kg/ mensal	44,73	295	1.312,45	239,32
8.3- DMt - Destinação de resíduos de metais	Kg/ mensal	0	75	45	137,40
8.4- DVd - Destinação de resíduos de vidros	Kg/ mensal	0	0	50	809,20
8.6- TMR - Total de materiais destinados à reciclagem	Kg/ mensal	2.402,25	1.305	4.519,45	3.387,52
8.7- DEI - Destinação de resíduos eletrônicos	Kg/ Anual	4.718,10	3.545,04	5.554,19	9.158,16
8.8- DImp - Destinação de resíduos de suprimentos de impressão	Kg/ Anual	161	135	153	153
8.9- DPB - Destinação de resíduos de pilhas e baterias	Kg/ Anual	2	0	6,29	10
8.10- DLp - Destinação de resíduos de lâmpadas	Unid/ Anual	64	1.744	2.119	616
8.11- DRS - Destinação de resíduos de saúde	Kg/ mensal	125,3	104,8	130,90	471,24
8.12- DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	m ³ / anual	60	11.547,6 9	123.342,8 9	39.968,5 2

RESPONSÁVEL: COMAP e DIAIS.

AÇÕES:

1. Incentivo à correta separação dos resíduos sólidos - **Concluída**

META	STATUS
Aumentar a destinação adequada dos resíduos em 2% ano a ano, até 2026.	Não atingida



Foto 2. No dia 6 de setembro de 2024, foi inaugurado um Eco ponto no Fórum Trabalhista de Macapá, com vistas à promoção da sustentabilidade e da economia solidária. A iniciativa nasce da parceria constituída com o Sebrae Amapá e mais duas instituições que assinaram o Termo de Compromisso para a coleta dos resíduos de vidro e garrafas PETs descartados no Eco ponto, garantindo que esses materiais sejam reaproveitados, tenham correta destinação e promovam inclusão social.

Foto 3. No dia 6 de junho, houve a palestra V Semana da Reciclagem, conduzida pela instrutora Evelise de Oliveira Rodrigues, coordenadora do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Pará (TJ/PA). O evento foi a servidores (as) e terceirizados, com a temática sobre a importância do descarte correto de resíduos

Palestra:

V SEMANA DA RECICLAGEM

Instrutora: Evelise de Oliveira Rodrigues
Coordenadora do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Pará TJ/PA

6 de Junho de 2024
das 9h às 12h

Local: Auditório da Ecaiss (térreo do bloco 3)
Carga Horária: 3h/a

Público-alvo: Servidores(as) e Terceirizados(as)

Acesse a sala pelo QRCode ao lado.

9. REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
9.1- GRef – Gastos com reformas no período-base	Reais	R\$ 1.350.758,18	R\$ 1.658.775,05	R\$ 1.822.738,9 2	R\$ 689.526,06
9.2- GConst - Gastos com construção de novos edifícios no período-base	Reais	R\$ 657.450,10	R\$ 1.350.758,18	R\$ 969.961,79	R\$ 1.927.109, 26

META	STATUS
Adequar 16,66% os serviços de obras e reformas às orientações do guia de contratações da justiça do trabalho em 2024.	 Atingida

RESPONSÁVEL: COMAP

10. LIMPEZA

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
10.1- GLB – Gastos com contratos de limpeza no período-base	Reais	R\$ 3.775.178,4	R\$ 4.362.154,83	R\$ 4.630.991,18	R\$ 4.819.135,79
10.2- M² Cont – Área contratada	m² Cont	108.236,04	93.065,05	92.686,02	92.686,02
10.4- GML – Gasto com material de limpeza	Reais	R\$ 264.065,79	R\$ 571.078,25	R\$ 635.123,40	R\$ 657.290,52

META	STATUS
Reduzir, no mínimo em 1% ao ano, os gastos com contratos de limpeza.	Não Atingida Justificativa: Itens apresentaram aumento de até 5,28% no primeiro semestre do ano de 2023, segundo levantamento da ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados). Esse indicador deverá ser revisto tendo em vista que a diminuição no consumo apresenta maior alinhamento com o desenvolvimento sustentável, ao serem preservados recursos materiais e também o meio ambiente. Importante ressaltar que com a retomada das atividades e com o aumento no número de magistrados e servidores, foi necessário ampliar as áreas de limpeza, onerando os contratos.

RESPONSÁVEIS: SEADM e DIGEF.

11. VIGILÂNCIA

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
11.1- GV – Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	Reais	8.019.399,28	8.795.531,07	8.041.975,80	8.079.280,42
11.2- QPV - Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada	Unidade	130	134	112	180
11.4- GVe - Gasto com contrato de vigilância eletrônica	Reais	0	0	0	0

META	STATUS
Reduzir em, no mínimo 0,83% em 2024.	Não atingida Justificativa: O reajuste de preços é uma forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, compensando os efeitos da inflação nos preços contratados. Para tanto, é aplicado índice de correção monetária, previsto no contrato, que reflita a variação efetiva dos custos de produção no contrato

RESPONSÁVEIS: CODSE; SEADM e DIGEF

12. TELEFONIA

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
12.1- GTF – Gasto com telefonia fixa	Reais	95.457,49	75.687,05	13.059,97	11.506,57
12.2- LTF - Linhas Telefônicas Fixas	Linhas fixas	53	53	53	53
12.4- GTM – Gasto com telefonia móvel	Reais	24.703,44	16.817,61	23.793,00	23.631,41
12.5- LTM - Linhas Telefônicas Móveis	Linhas móveis	21	21	21	21

RESPONSÁVEIS: COMAP e DIMIP.

META	STATUS
Reduzir em 1,66% em 2024 o gasto com telefonia fixa e móvel.	 Atingida

13. VEÍCULOS

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
13.1- Km – Quilometragem	Quilômetros (km) / mensal	199.461	236.903	476.266	303.959
13.2- VGEF – Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex	Veículos/ anual	20	20	17	22
13.3- VD – Quantidade de veículos a diesel	Veículos/ anual	32	35	36	33
13.4- VAlt - Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas	Veículos/ anual	0	0	0	0
13.5- QVe - Quantidade de veículos	Veículos/ anual	52	55	53	55
13.6- QVS – Quantidade de veículos de serviço	Veículos/ anual	37	40	46	45
13.8- QVM – Quantidade de veículos destinados à locomoção de magistrados (as)	Veículos de magistrado/ anual	15	15	12	14
13.10- GMV - Gasto com manutenção de veículos	Reais/veículo	R\$ 179.279,81	R\$ 198.005,27	R\$ 481.877,75	R\$ 399.606,24

META	STATUS
Reduzir em 2% ao ano, gastos com aquisição de veículos.	 Atingida

RESPONSÁVEL: CODSE

AÇÕES:

1. Substituir veículos com alto consumo e baixa eficiência - **Não implementada**
2. Dar preferência a adesão de veículos híbridos - **Não implementada**

Justificativa Ação Não Implementada

As ações 1 e 2 deste indicador não foram implementadas devido ao contingenciamento orçamentário para 2024.

14. COMBUSTÍVEL

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
14.1- CG – Consumo de gasolina	Litro (L)	3.903,39	7.927,34	13.339,33	14.780,12
14.2- CE – Consumo de etanol	Litro (L)	0	93,31	306,67	0
14.3- CD – Consumo de diesel	Litro (L)	22.727,70	23.716,34	34.301,18	34.506,05
14.4- CRAG – Consumo de gasolina e etanol por veículo	Litro (L)	195,15	401,00	718,16	671,82
14.5- CRD – Consumo de diesel por veículo	Litro (L)	710,22	677,60	879,51	1045,64
14.6- GC – Gasto com combustível	Reais	R\$ 139.357,07	R\$ 220.599,71	R\$ 355.081,28	R\$ 335.376,30

META	STATUS
Reduzir em 1,66% em 2024 o consumo de combustíveis.	 Atingida Diminuição de 4,55% em relação a 2023.

RESPONSÁVEL: CODSE.

AÇÕES:

1. Substituir veículos com alto consumo e baixa eficiência - **Não implementada**
2. Dar preferência a adesão de veículos híbridos - **Não implementada**

Justificativa Ação Não Implementada

As ações 1 e 2 deste indicador não foram implementadas devido ao contingenciamento orçamentário tanto para 2024.

15. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Evolução do indicador de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
15.1- GC Graf - Gastos com serviços gráficos no período-base	Reais	R\$ 31.950	R\$ 81.802,21	R\$ 92.218,01	R\$ 91.485,67

META	STATUS
Reduzir em 1% ao ano o percentual de gastos relativos a contratos de serviços gráficos.	Não Atingida Justificativa: O Tribunal tem investido em diversas campanhas institucionais (Trabalho Seguro, Combate ao Trabalho Infantil, entre outras) que têm demandado a confecção de materiais gráficos em grande parte para uso externo. Ademais, os Estados do Pará e Amapá ainda sofrem com as dificuldades de acesso à internet e de "analfabetismo digital". Desta maneira, para alcançar o jurisdicionado de forma efetiva ainda é necessário veicular informações e campanhas com materiais impressos.

RESPONSÁVEIS: SECOM

16. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
16.1- ACR - Aquisições e contratações realizadas no período-base	Unidade	56	88	74	58
16.2- ACS - Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	Unidade	54	85	74	56
16.3- PCS - Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	Percentual	96.43	96.59	100	96,55

META	STATUS
Ampliar a quantidade de compras sustentáveis no âmbito do TRT8.	 Atingida

RESPONSÁVEIS: SEADM, COLIC e COMAT

AÇÃO:

1. Acompanhar a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações do Tribunal - **Concluída**
2. Capacitação em Licitações e Contratações Sustentáveis - **Não implementada**

Justificativa Ação Não Implementada

A ação 2 não foi implementada devido a restrições impostas pelo calendário, que inviabilizaram sua execução.

17. QUALIDADE DE VIDA

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
17.1- PQV - Participações em ações de qualidade de vida	Participantes	888	1988	2283	10.353
17.2- AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ações	13	30	34	38
17.4- PAS – Participações em ações solidárias	Participantes	136	464	522	62
17.5- AS – Quantidade de ações solidárias	Ações	22	22	26	19

META	STATUS
Aumentar, em 2% ao ano, até 2026, a participação de magistrados e servidores em ações de qualidade de vida.	 Atingida

RESPONSÁVEIS: CODSA, SEGEP, CODEP e EJUD.



Foto 4. A 1ª Corrida e Caminhada da Justiça do Trabalho ocorreu em Belém, Macapá, Santarém, Marabá e Parauapebas. Cerca de 1.100 pessoas na capital paraense em 20 de novembro, com largada às seis da manhã, da Praça Brasil.

18. CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Evolução dos indicadores de 2021 a 2024

ITEM DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2021	2022	2023	2024
18.1- ACap – Ações de capacitação em sustentabilidade	Número de ações realizadas	16	27	10	14
18.2- ASen – Ações de sensibilização em sustentabilidade	Número de ações realizadas	16	52	28	12
18.3- PCap – Participação em ações de capacitação em sustentabilidade	Número de participantes	617	1.598	1.102	419

META	STATUS
Realizar, no mínimo, uma capacitação ao ano para cada público alvo do tribunal.	 Atingida

RESPONSÁVEIS: DIAIS, ASCER, CODEP, SEGEP e EJUD



Foto 5. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região promoveu a Semana de Responsabilidade Socioambiental, no dia 25 de Junho. O evento, voltado para o público externo e interno, abordou temas de equidade, desigualdade e sustentabilidade. O evento ocorreu no auditório Aloysio da Costa Chaves e trouxe três palestrantes: Magali Dantas, servidora do TRF-4; Fernanda Santana, servidora do TRT-9; e Tienay Costa, professora doutora da UEPA.

19. EQUIDADE E DIVERSIDADE

Indicadores em 2024

ITEM DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	2024
19.1 ACapED – Ações de capacitação em equidade e diversidade	Mede as ações de capacitações relacionadas à equidade e diversidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria	Número de ações realizadas	30
19.2- ASenED – Ações de sensibilização em equidade e diversidade	Mede a quantidade de ações de sensibilização referentes a equidade e diversidade realizadas	Número de ações realizadas	19
19.28 TFAuxTFV – Total de trabalhadoras terceirizadas em condição de vulnerabilidade econômico-social	Mede o número total de mulheres terceirizadas que estejam em condição de vulnerabilidade econômico-social lotadas no órgão	Número de trabalhadoras terceirizadas	0
19.30 MagPG – Total de magistrados(as) na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número total de cargos de magistrados(as) providos que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação no órgão	Número de magistrados (as)	166
19.31 MagPGF – Total de magistradas na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número total de cargos de magistrados(as) providos por pessoas do sexo feminino que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação no órgão ao final do período-base	Número de magistradas	89
19.32 MagPGFN – Total de magistradas do sexo feminino e negras na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número total de cargos de magistrados(as) providos por pessoas do sexo feminino e negras que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação no órgão	Número de magistradas	28
19.33 MagPGMN – Total de magistrados do sexo masculino e negros na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número total de cargos de magistrados providos por pessoas do sexo masculino e negros que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação no órgão	Número de magistrados (as)	10
19.34 MagPGFI – Total de magistradas do sexo feminino e indígenas na	Mede o número total de cargos de magistrados(as) providos por pessoas do sexo feminino e indígenas que integram	Número de magistrados (as)	0

ITEM DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	2024
composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação no órgão		
19.35 MagPGMI – Total de magistrados do sexo masculino e indígenas na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número total de cargos de magistrados(as) providos por pessoas do sexo masculino e indígenas que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação no órgão	Número de magistrados (as)	0
19.36 ServG – Total de servidores(as) na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número de servidores(as) que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação. Incluem-se os pertencentes ao quadro efetivo, os(as) cedidos(as) ou requisitados(as) para o órgão	Número de servidores (as)	339
19.37 ServGF – Total de servidoras na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número de servidoras do sexo feminino que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação. Incluem-se as pertencentes ao quadro efetivo, as cedidas ou requisitadas para o órgão	Número de servidoras	128
19.38 ServGFN – Total de servidoras do sexo feminino e negras na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número de servidoras negras que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação. Incluem-se as pertencentes ao quadro efetivo, as cedidas ou requisitadas para o órgão e as comissionadas sem vínculo	Número de servidores (as)	38
19.39 ServGMN – Total de servidores do sexo masculino e negros na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número de servidores do sexo masculino e negros que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Número de servidores (as)	96
19.40 ServGFI – Total de servidoras do sexo feminino e indígenas na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número de servidoras do sexo feminino e indígenas que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Número de servidores (as)	0

ITEM DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	2024
19.41 ServGMI – Total de servidores do sexo masculino e indígenas na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Mede o número de servidores do sexo masculino e indígenas que integram comissões, comitês, grupos de trabalho ou outros coletivos de livre indicação	Número de servidores (as)	0

RESPONSÁVEIS: COCIN, DIAIS e COLEGIADOS TEMÁTICOS

AÇÕES:

1. Realizar ações voltadas à sensibilização em equidade e diversidade - **Concluída**
2. Realizar capacitações voltadas a temática em equidade e diversidade - **Concluída**



Foto 6. Em alusão ao 28 de Junho, Dia do Orgulho LGBTQIAPN+, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região realizou ato simbólico de hasteamento da bandeira LGBTQIAPN+ e Progresso (que engloba ainda o movimento anti-racista e trans) ao lado das bandeiras do Pará, do Brasil, do Amapá e do Mercosul

Foto 7. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá) celebrou mais uma conquista: a formatura da segunda turma do programa Diversidade e Empregabilidade, iniciativa do Comitê Gestor Regional de Equidade de Raça e Gênero e Diversidade do TRT-8. O objetivo é transformar vidas e abrir portas para mulheres em situação de vulnerabilidade, oferecendo qualificação profissional. A cerimônia de formatura ocorreu no dia 4 de dezembro, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, prédio-sede do TRT-8



Foto 8. A programação marcou o mês de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Um encontro com vozes e histórias de vida que inspiram e transformam a sociedade. Foi assim a programação "Sexta de Março", promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Com o tema "Realidades e Contextos da Mulher na Contemporaneidade", o evento reuniu no auditório Aloysio Chaves três mulheres que são referências em suas profissões: a ceramista Cilene Marajoara; a antropóloga e professora da UFPA, Izabela Jatene; e a indígena e doutoranda em Antropologia na UFPA, Luana Kumaruara, em uma roda de conversa sob a mediação da desembargadora do TRT-8, Maria de Nazaré Medeiros Rocha

20. PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO

Indicadores em 2024

ITEM DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	2024
20.3.1. RedGEE1 – Número de Ações de Redução de Emissões de GEE	medidas adotadas no período para reduzir suas emissões de GEE.	número absoluto de ações.	14
20.3.2. RedGEE2 - Percentual de energia renovável utilizada	percentual do consumo total de energia elétrica proveniente de fontes renováveis de energia. As principais fontes alternativas de energia são: solar, eólica, maremotriz e geotérmica.	kWh	146.350,2 2
20.3.3. RedGEE3 - Energia elétrica injetada na rede de energia por sistemas de fontes alternativas	total de kWh injetados na rede de energia elétrica por fontes alternativas (solar, eólica, maremotriz, geotérmica).	KWh	40.859,78
20.5.2. CultGEE2 – Número de Ações de capacitação e de sensibilização de Emissões de GEE e incentivos a práticas sustentáveis	total de cursos de capacitação, campanhas de conscientização e incentivos a práticas sustentáveis em cada ciclo anual de avaliação	número absoluto de ações	16

ANÁLISE DE DESEMPENHO

O Plano de Logística Sustentável do TRT da 8ª Região apresentou e formalizou os indicadores, objetivos e metas propostos quanto à temática da sustentabilidade até o ano de 2026.

Os resultados foram verificados por meio da utilização dos indicadores e da linha de base predefinidos no PLS-TRT8.

Para tornar a visualização mais intuitiva, adotaram-se as seguintes cores para as legendas indicativas do status de cumprimento das metas:

- Meta **Atingida**: obtenção de 100% ou mais do resultado estabelecido em relação ao ano de referência.
- Meta **Parcialmente Atingida**: obtenção de 50% a 99% do resultado estabelecido.
- Meta **Não Atingida**: representa um resultado menor que 50% do estabelecido.

METAS	
Atingidas:	10
Não Atingidas:	7
Parcialmente Atingidas:	0

No período em análise, dos 20 indicadores constantes do PLS, 10 atingiram as metas estabelecidas, sendo que 1 desses indicadores previam 3 metas, 7 não atingiram. Ressalta-se que os temas 19 e 20, Equidade e Diversidade e Programa Justiça Carbono zero, respectivamente, não há metas, pois tratam-se de temas novos.

Importante salientar que o PLS deste tribunal está em vias de ser atualizado para conter metas mais plausíveis com a realidade do órgão, tornando-as mais acessíveis e condizentes com os recursos

Sobre as iniciativas previstas no Plano de Ações do PLS, adotou-se como critério classificá-las da seguinte forma:

- **CONCLUÍDAS**: as que possuem período de início e fim determinados e foram cumpridas dentro do prazo;
- **IMPLEMENTADAS**: as que possuem prazo para término no final da execução do PLS ou que não tenham término previsto, por se tratarem de programas permanentes adotados pelo Tribunal, mas que tiveram sua implantação bem-sucedida;
- **NÃO IMPLEMENTADAS**: ações que possuem prazo para término no final da execução do PLS ou do ano de 2023, ou programas permanentes que ainda não foram iniciados.

AÇÕES	
Concluídas	14
Implementadas	1
Não Implementadas	5

Das 18 ações previstas para iniciarem em 2024, 13 foram concluídas, 1 foi implementada e 4 não foram implementadas, o que resulta em 72,22% de cumprimento das iniciativas.

Ao longo de 2024, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região avançou em importantes aspectos para a concretização do Plano de Logística Sustentável. As ações foram desenvolvidas com foco para a conscientização e construção de uma cultura sustentável entre os(as) magistrados, os(as) servidores(as), os(as) terceirizados(as) e demais colaboradores(as). A normativa que instaurou as cotas de papel a4 e copos biodegradáveis deu continuidade à cultura de racionalização desses materiais, já iniciada anteriormente com a implantação do uso da caneca individual, e a suspensão do uso de copos descartáveis, aliadas à cesta de papel a4 fixada previamente à Portaria PRESI Nº 838/2024, implantada no ano de 2023. Isso permitiu a diminuição considerável dos indicadores referentes a esses casos.

Destaca-se, ainda, a inclusão no Plano de Logística Sustentável de indicadores relativos à promoção da equidade e da diversidade no âmbito deste Regional, antes da Resolução CNJ 550/2024 alterar a Resolução CNJ 400/2021, adicionando o novo indicador Equidade e Diversidade. Nesse sentido, em alinhamento com as metas e diretrizes estabelecidas da administração, foram realizadas ações de sensibilização e capacitação nesta temática, com projetos de alcance social para a promoção da reparação histórica de desigualdades e opressões sofridas por grupos minoritários.